

Encontro em BH ouve população em situação de rua

Participantes de fórum técnico reivindicam emprego, moradia e fim das agressões policiais

Com mais de cinco mil pessoas vivendo nas ruas, Belo Horizonte é o quarto município mineiro a receber o encontro regional do fórum técnico *População em Situação de Rua*, realizado pela Assembleia Legislativa (ALMG) em parceria com o Governo do Estado. O encontro teve início na quarta-feira (18), no Centro Universitário Una, unidade do Barro Preto, e se estendeu até ontem, com a deliberação sobre propostas apresentadas.

O fórum reuniu também representantes de associações, servidores públicos, universitários, secundaristas e moradores da Capital



DANIEL PROTZNER

Entre as sugestões apresentadas houve o pedido de banheiros públicos em BH e a transformação de prédios desocupados em projetos habitacionais para a população carente

O objetivo do fórum técnico é colher sugestões populares para aperfeiçoamento da Política Estadual para a População em

Situação de Rua, instituída pela Lei 20.846, de 2013. O trabalho será concluído em uma etapa final, de 11 a 13 de junho, na ALMG. As propostas vão subsidiar a elaboração de um anteprojeto de lei a ser encaminhado à Assembleia pelo Poder Executivo.

A estimativa de população em situação de rua na Capital é da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). No País, o cálculo oficial mais recente é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de um levantamento realizado em 2015, que apontou 101.854 pessoas nessa situação, em todo o Brasil. De lá para cá, há um consenso de que o problema se agravou muito, em decorrência da crise econômica.

TENSO DIÁLOGO - Talvez pelo crescimento do problema, foi muito variada a participação no evento desta quarta (18). Entre os cerca de 100 participantes, além de moradores de rua e representantes de suas associações, havia servidores de órgãos governamentais, universitários, alunos secundaristas e residentes normais, que foram dar suas sugestões e se queixar dos problemas causados pelas pessoas que permanecem no entorno de suas casas.

Esse tenso diálogo entre moradores residenciais e pessoas em situação de rua produziu um dos momentos mais interessantes do encontro. Alguns dos moradores da Capital se queixaram da insistência de

muitas pessoas em retornarem às ruas, chegando até a vender moradias que receberam do poder público por R\$ 3 mil ou pouco mais.

Entre os que responderam às críticas está Elisângela Cândida da Silva Delfino, que viveu nas ruas por 20 anos e hoje mora com familiares. "Uma casa sem emprego não dá para manter. Muitas vezes a pessoa está em casa e pensa: se eu ficar aqui, eu vou morrer. Na rua, a pessoa tem doações, tem como comer. Em casa há contas para pagar: luz, água. Se a sociedade tem problemas com a população de rua, a população de rua também tem problemas com a sociedade", explicou.

Evento teve a presença de representantes de várias cidades

Emprego, moradia e respeito foram as principais reivindicações apresentadas no encontro desta quarta (18). As queixas e solicitações não se referiam apenas a Belo Horizonte, uma vez que o encontro da Capital também atraiu representantes de outros municípios não incluídos na programação, tais como Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Pirapora (Norte de Minas), Contagem, Nova Lima e Lagoa Santa (os três na Região Metropolitana de Belo Horizonte), entre outros.

Integrante do Movimento Nacional de População de Rua, Alessandro Araújo de Oliveira disse que a dificuldade para conseguir emprego é a questão prioritária. Já Samuel Rodrigues, da coordena-

ção nacional do movimento, afirma que também as políticas públicas de moradia ficam muito aquém da necessidade.

A PBH, segundo ele, oferece 300 bolsas-moradia de R\$ 500,00 e até 1,5 mil vagas de acolhimento em abrigos públicos. "É muito pouco para uma população de mais de cinco mil", lamentou.

Um dos que vivem hoje em abrigo, em Belo Horizonte, é Aleci Gomes Barbosa, de 55 anos. Seu exemplo mostra que as políticas públicas podem alcançar bom resultado. Após 20 anos nas ruas, Aleci está no abrigo há cinco meses. Hoje, frequenta o ensino supletivo, pois só tem o 3º ano do Ensino Fundamental. "O que mais se precisa é de conselho. Eu custei a

pegar um conselho e sair da rua", opinou.

Outra queixa frequente é relativa às agressões policiais e ao preconceito contra quem está na rua, muitas vezes associado automaticamente ao consumo de crack. Samuel Rodrigues admite que o problema existe, mas não pode tornar-se um rótulo constante. "A diferença do crack que se fuma na rua e a cocaína cheirada na Savassi está só nas paredes. A droga da rua todo mundo vê", afirmou o dirigente do Movimento de População de Rua.

DIREITOS - O encontro também serviu para pessoas em situação de rua se orientarem sobre seus direitos, conversando com defensores públicos e outros servido-

res públicos. Entre as sugestões apresentadas, houve a reivindicação de banheiros públicos na Capital e a transformação de prédios desocupados em projetos habitacionais para a população carente.

Representante da Coordenação de Política Estadual para a População em Situação de Rua, Tomaz Duarte Moreira disse que os encontros anteriores, em Betim (RMBH), Uberlândia (Triângulo Mineiro) e Montes Claros (Norte de Minas), já registraram boas propostas. Uma delas é a prioridade para esse segmento populacional em creches públicas, a fim de que os pais tenham condições de procurar trabalho.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES